

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO

**CORREGEDORIA-GERAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

SUMÁRIO



ACERVO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

7



**AFASTAMENTO DE MEMBROS
PARA FREQUENTAR CURSOS**

7



ARQUIVAMENTO

7



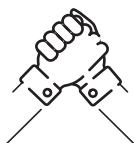
ATENDIMENTO AO PÚBLICO

7



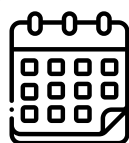
ATOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

8



ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ANPC

8



AGENDA OFICIAL DOS MEMBROS

8



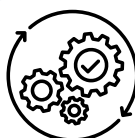
ACERVO DA PROMOTORIA

8



AUDIÊNCIAS E SESSÕES

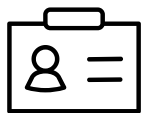
8



CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

9

SUMÁRIO



CADASTRO DE MEMBROS

9



COMARCA DE DIFÍCIL PROVIMENTO

9



CÓDIGO DE ÉTICA

10



DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

10



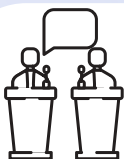
DECLARAÇÃO DE BENS

10



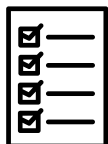
EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

10



EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ELEITORAL

10



ESTÁGIO PROBATÓRIO

11



HONRA AO MÉRITO

11

SUMÁRIO



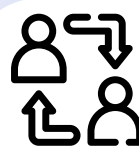
IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO
À AUDIÊNCIA

11



INQUÉRITO CIVIL - IC

11



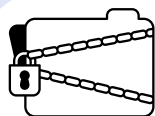
INDICAÇÃO DE MEMBROS DO MPPA

12



LGBTQIA+

12



LGPD

12



MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

12



NOTÍCIA DE FATO

13



ORIENTAÇÕES DIVERSAS

13



PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS
E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

14

SUMÁRIO



PLANO DE ATUAÇÃO

15



PLANTÃO INSTITUCIONAL

15



PRAZO RAZOÁVEL DOS
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

15



PROTOCOLO DE ATUAÇÃO INTEGRADA

15



PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO
CRIMINAL - PIC

15



REGIMENTO INTERNO

16



REGULARIDADE DOS MEMBROS

16



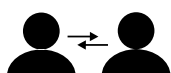
RESIDÊNCIA NA COMARCA

16



RESOLUTIVIDADE

17



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO/VISITAS

17

SUMÁRIO



RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR (RD)

19



SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

19



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

19



TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA
DISCIPLINAR - TAD

19



TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

20



TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA

20



TRIBUNAL DO JÚRI

20



VITALICIAMENTO DE MEMBROS

20

ACERVO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

RECOMENDAÇÃO N.º 0003/2025-MP/CGMP

Recomenda o autoacompanhamento periódico do acervo judicial e extrajudicial das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

AFASTAMENTO DE MEMBROS PARA FREQUENTAR CURSOS

RESOLUÇÃO N.º 006/2019 - MP/CSMP

Dispõe sobre o afastamento de membros do Ministério Público do Estado do Pará do exercício de suas funções para frequentar curso stricto sensu, lato sensu ou cursos e seminários de aperfeiçoamento, no país ou no exterior.

ARQUIVAMENTO

RECOMENDAÇÃO N.º 002/2017 - MP/CGMP

Recomendar os membros do Ministério Público do Estado do Pará, que quando pretenderem promover o arquivamento de procedimento sob a justificativa de que já existe outro procedimento extrajudicial apurando fato idêntico, providenciem a juntada aos autos da portaria instauradora do procedimento preventivo, assim como os demais documentos que corroborem para tal certeza.

RECOMENDAÇÃO N.º 003/2017 - MP/CGMP

Recomendar os membros do Ministério Público do Estado do Pará, que ao realizarem o arquivamento de procedimentos extrajudiciais, façam-no por meio de despacho fundamentado, sem necessidade de instauração de portaria para este fim.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N.º 04/2017 - MP/PGJ/CGMP

Recomenda aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, que ao promoverem o arquivamento nos feitos extrajudiciais, observem se existem questões que demandem repercussão em várias searas do direito e, em caso positivo, encaminhem cópia dos autos à Promotoria de Justiça com a atribuição específica, para as providências cabíveis, ainda, que quando a questão apurada envolver matéria criminal, seja encaminhado ao juízo competente o procedimento investigatório criminal ou quaisquer peças de informação, que não ensejaram instauração de procedimento, solicitando, fundamentalmente, o seu arquivamento, sem necessidade de remessa ao Conselho Superior do Ministério Público.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

RECOMENDAÇÃO N.º 53/2017 - CNMP

Recomenda a garantia do acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Ministério Público brasileiro.

RESOLUÇÃO N.º 205/2019 - CNMP

Dispõe sobre a Política Nacional de Atendimento ao Público no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO**RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL N° 02/2022 - CNMP**

Dispõe sobre a necessidade de verificação, pelas Corregedorias-Gerais das Unidades e Ramos, sobre obrigatoriedade da residência do membro na Comarca ou no local de lotação e regularidade do atendimento presencial ao público.

PROVIMENTO N.º 0002/2025-MP/CGMP

Dispõe sobre o acompanhamento periódico da presença física e do atendimento ao público do membro do Ministério Público na comarca de lotação.

ATOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

PROVIMENTO CONJUNTO N° 01/2015 - MP/PGJ/CGMP

Define novas formas de envio dos atos formais de comunicação aos membros do Ministério Público do Estado do Pará.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL - ANPC

RESOLUÇÃO N° 007/2021 - CPJ

Regulamenta o acordo de não persecução cível (ANPC) no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) nas hipóteses configuradoras de ato de improbidade administrativa.

RESOLUÇÃO N° 12/2024 - CPJ

Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), sobre a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC), o acordo de leniência, e dá outras providências.

AGENDA OFICIAL DOS MEMBROS

AGENDA DOS MEMBROS 2025 - CGMP

Dispõe sobre a agenda oficial dos membros do Ministério Público com os deveres obrigatórios no ano de 2025.

ACERVO DA PROMOTORIA

PROVIMENTO CONJUNTO N° 003/2018 - MP/PGJ/CGMP

Institui a relação das pastas e dos livros obrigatórios pelas unidades ministeriais sujeitas à correição na forma da lei.

AUDIÊNCIAS E SESSÕES

PROVIMENTO N° 001/2020 - MP/CGMP

Institui o sistema de audiências por videoconferência no âmbito dos feitos de natureza disciplinar em tramitação perante a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO

RESOLUÇÃO N° 005/2020 - CSMP

Dispõe sobre a realização de sessões por Videoconferência no âmbito do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, em razão da pandemia de Coronavírus (COVID-19).

RECOMENDAÇÃO N° 02/2024 - MP/CGMP

Recomenda a presença física dos membros do Ministério Público em audiências e atos judiciais presenciais, bem como em sessões de tribunais.

PROVIMENTO N° 03/2024 - MP/CGMP

Regulamenta a fiscalização regular da presença dos membros do Ministério Público nas audiências e atos judiciais pela Corregedoria-Geral.

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

RESOLUÇÃO N° 149/2016 - CNMP

Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

PORTARIA N° 291/2017 - CNMP

Estabelece parâmetros e orientações sobre a atividade executiva de correição e inspeção da corregedoria nacional.

PROVIMENTO N° 003/2021 - MP/CGMP

Dispõe sobre a realização das correições ordinárias, extraordinárias e das inspeções no âmbito do Ministério Público Estadual, revogando o Provimento n° 003/2019-MP/CGMP.

CADASTRO DE MEMBROS

PROVIMENTO N° 005/2021 - MP/CGMP

Dispõe sobre o Regulamento do Cadastro de Membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), e dá outras providências.

COMARCA DE DIFÍCIL PROVIMENTO

RESOLUÇÃO N° 005/2021 - CSMP

Dispõe sobre a definição de critérios para fixação de cargo de Promotor de Justiça de difícil provimento, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 001/2022 - CSMP

Fixa a relação das Promotorias de Justiça de difícil provimento, para o ano de 2022, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 004/2022 - CSMP

Fixa a relação dos cargos de Promotor de Justiça de difícil provimento, para o ano de 2023, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 001/2024 - CSMP

Fixa a relação dos cargos de Promotor de Justiça de difícil provimento, para o ano de 2024, e dá outras providências.

CÓDIGO DE ÉTICA

[RESOLUÇÃO CONJUNTA N° 01/2012 - MP/PGJ-CGMP](#)

Institui o Manual de Orientação Ética para os membros do Ministério Público do Estado do Pará.

[RESOLUÇÃO N° 261/2023 - CNMP](#)

Institui o Código de Ética do Ministério Público brasileiro.

[PORTARIA N° 2.399/2023 - MP/PGJ](#)

Código de Ética dos servidores do Ministério Público do Estado do Pará.

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO

[RESOLUÇÃO N° 005/2014 - MP/CSMP](#)

Dispõe sobre o procedimento de remessa ao Conselho Superior nos casos em que for apresentado declínio de atribuição em procedimentos extrajudiciais do Ministério Público.

DECLARAÇÕES DE BENS

[RESOLUÇÃO N° 011/2023 - CPJ](#)

Altera a Resolução nº 009/2019-CPJ, de 6 de junho de 2019, que dispõe sobre a entrega da Declaração de Bens no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO

[PROVIMENTO N° 04/2011 - MP/CGMP](#)

Dispõe sobre a fiscalização, pela Corregedoria-Geral, do exercício do magistério pelos Membros do Ministério Público do Estado do Pará.

[RESOLUÇÃO N° 73/2011 - CNMP](#)

Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.

EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ELEITORAL

[RESOLUÇÃO N° 30/2008 - CNMP](#)

Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau.

[PORTARIA N° 1/2019 - PGE/MPF](#)

Regulamenta a atuação do Ministério Público Eleitoral.

[RESOLUÇÃO CONJUNTA N° 01/2021 - PRE/PGJ](#)

Dispõe sobre os critérios de designação dos Promotores de Justiça para o exercício da função eleitoral de primeiro grau no Estado do Pará e sobre o biênio unificado.

[PORTARIA N° 26/2024 - PGE/MPF](#)

Altera a Portaria PGR/PGE nº 1, de 9 de setembro de 2019, que regulamenta a atuação do Ministério Público Eleitoral.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL N° 01/2018 - CNMP/CN

Dispõe sobre o estágio probatório dos membros do Ministério Público brasileiro e estabelece outras diretrizes.

RESOLUÇÃO N° 271/2023 - CNMP

Estabelece diretrizes gerais para os cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.

RESOLUÇÃO N° 280/2023 - CNMP

Altera a Resolução CNMP n° 250, de 25 de outubro de 2022, para dispor sobre o cômputo do período de licença maternidade no estágio probatório de membras e servidoras do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público.

PROVIMENTO N° 002/2024 - MP/CGMP

Dispõe sobre a atualização do Regulamento do Estágio Probatório dos Membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), revogando o Provimento n.º 002/2021- MP/CGMP, e dá outras providências.

HONRA AO MÉRITO

PROVIMENTO N° 004/2019 - MP/CGMP

Dispõe sobre a instituição do “Diploma de Honra ao Mérito” a ser conferido, anualmente, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

IMPOSSIBILIDADE DE COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA

RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL N° 1/2024 - CNMP

Recomenda às Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos da União e dos Estados a fiscalização regular da presença física dos(as) membros(as) do Ministério Público em audiências e atos judiciais presenciais, bem como em sessões de tribunais.

INQUÉRITO CIVIL - IC

RESOLUÇÃO N° 23/2007 - CNMP

Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar n° 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

RESOLUÇÃO N° 006/2023 - CPJ

Disciplina e regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis e administrativos nas questões de interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta e a recomendação.

RESOLUÇÃO N° 012/2024 - CPJ

Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), sobre a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC), o acordo de leniência, e dá outras providências.

INDICAÇÃO DE MEMBROS DO MPPA

RESOLUÇÃO N° 001/2008 - MP/CSMP

Dispõe sobre o processo de elaboração de lista sêxtupla destinada à indicação de Membros do Ministério Público do Estado do Pará ao preenchimento do quinto constitucional para vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

LGBTQIA+

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 05/2017 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre o acompanhamento de políticas públicas voltadas às pessoas LGBTs pelos membros do Ministério Público do Estado do Pará.

LGPD

RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL N° 1/2024 - CGMP/PA

Recomenda às Corregedorias-Gerais dos Ministérios Públicos da União e dos Estados a fiscalização regular da presença física dos(as) membros(as) do Ministério Público em audiências e atos judiciais presenciais, bem como em sessões de tribunais.

MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

RESOLUÇÃO N° 03/2014 - MP/CSMP

Dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público do Estado do Pará nos concursos de remoção e promoção.

PROVIMENTO N° 04/2016 - CGMP/PA

Dispõe sobre o regulamento para impugnação de dados de candidatos inscritos em concurso de remoção e promoção por merecimento no Ministério Público do Estado do Pará, nos termos da Resolução n° 003/2014/MP/CSMP, de 20 de agosto de 2014, alterada pela Resolução n° 02/2016/MP/CSMP, de 25 de agosto de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO N° 108/2024 - CNMP

Recomenda aos ramos e unidades do Ministério Público a adoção de critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de integrantes do Ministério Público

NOTÍCIA DE FATO

RESOLUÇÃO N° 174/2017 - CNMP

Disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e a tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.

RESOLUÇÃO N° 012/2024 - CPJ

Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), sobre a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC), o acordo de leniência, e dá outras providências.

ORIENTAÇÕES DIVERSAS

RECOMENDAÇÃO N° 001/2010 - CGMP

Recomendar aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, com atuação na capital e no interior, que observem os preceitos legais e os normativos institucionais referentes aos atos privativos de órgão de execução, abstendo-se de subscrever peças processuais em conjunto com estagiário do Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO N° 04/2011 - MP/CGMP

Recomendar aos Procuradores e Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, que utilizem os seus endereços eletrônicos institucional (e-mail), disponibilizados pela Instituição, haja vista que a partir do mês de setembro do corrente ano, todos os ofícios circulares oriundos desta Corregedoria-Geral serão encaminhados ao membro por esse envio, no intuito de tornar mais eficaz o processo de comunicação e a necessária redução de gastos com os serviços de correios e o uso de papel.

RECOMENDAÇÃO N° 05/2012 - MP/CGMP

Recomendar aos Senhores e Senhoras membros do Ministério Público do Estado do Pará que não compartilhem as senhas institucionais de acesso ao SIAMP, SEAPA e e-mail funcional a terceiros, por serem pessoais e intransferíveis, sendo de responsabilidade de cada membro sua guarda e zelo na utilização. Ressaltando que, eventuais prejuízos causados pelo mau uso da senha por terceiros serão de inteira responsabilidade do membro, pois representa a autorização para a efetivação e envio de dados.

RESOLUÇÃO N° 006/2014 - CPJ

Dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Pólos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.

RECOMENDAÇÃO N° 002/2018 - MP/CGMP

Recomendar aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que se abstenham de lançar em seus expedientes extrajudiciais a expressão “condução coercitiva”, como forma de obrigar alguém a comparecer ao Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO N° 002/2019 - MP/CGMP

Recomendar aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que se abstenham de delegar aos servidores públicos ocupantes de cargos de assessoria, de analista jurídico e de auxiliar de administração, atos privativos de Procuradores e Promotores de Justiça, como por exemplo, a assinatura de documentos e correspondências oficiais, cabendo aos servidores públicos, tão somente, a confecção dos expedientes.

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO**RECOMENDAÇÃO N° 003/2019 - MP/CGMP**

Recomendar aos Membros do Ministério Público do Estado do Pará que independentemente da sua condição em que se encontra no cargo de Promotor de Justiça, quer como titular ou substituto, cumulando ou com designação exclusiva, deve o membro fazer levantamento físico de todos os procedimentos de Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios em tramitação na Promotoria de Justiça, priorizando o mais antigo para o mais recente, no intuito de concluir os referidos procedimentos, com arquivamento ou propositura da ação Judicial, evitando a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva por prática de ato de improbidade administrativa no transcurso das investigações no Ministério Público. Recomendar também que os membros envidem esforços no sentido de começar a adequar todos os procedimentos em tramitação aos termos da Resolução n° 007/2019-CPJ, conforme estabelece o Artigo 79 da referida Resolução.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 001/2021 - MP/PGJ/CGMP

Regulamenta o Sistema SIMP para lançamento e coleta de dados de produtividade dos membros do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA e determina a extinção do Sistema SIAMP.

RECOMENDAÇÃO N° 004/2021 - MP/CGMP

Recomendar aos membros do Ministério Público do Estado do Pará que atuem na proteção aos direitos humanos e grupo vulneráveis, envolvendo o respeito aos símbolos e lutas dos movimentos sociais de proteção e políticas para gênero e raça; e que observem, no exercício da atividade ministerial, o reconhecimento de elementos culturais, históricos, políticos do movimento de mulheres e de tantos outros elementos que identificam as lutas e mobilizam o mundo, especialmente pela própria atribuição que foi conferida ao Ministério Público na defesa da ordem jurídica e do regime democrático, nos termos da Constituição Federal de 1988.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 001/2023 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre medida de fomento à resolutividade na atuação dos órgãos de execução do Ministério Público, através do acompanhamento da elaboração do Plano Plurianual do Estado do Pará, quadriênio 2024/2027.

RECOMENDAÇÃO N° 02/2023 - CGMP/PA

Recomendar aos Membros do Ministério Público do Estado do Pará, integrantes da 1 e 2 entrância e das Promotorias de Justiça de Icoaraci e Mosqueiro, com atribuição de velar pelas Fundações Privadas e fiscalizar as Associações de Interesse Social, e dá outras providências.

PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO N° 161/2017 - CNMP

Altera os artigos 7º e 13 da Resolução n.º 13, de 02 de outubro de 2006, e os artigos 6º e 7º da Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007.

RESOLUÇÃO N° 012/2024 - CPJ

Dispõe, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), sobre a instauração e tramitação dos procedimentos extrajudiciais cíveis nos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o termo de ajustamento de conduta, a recomendação, o acordo de não persecução cível (ANPC), o acordo de leniência, e dá outras providências.

PLANO DE ATUAÇÃO

RECOMENDAÇÃO N° 05/2015 - MP/CGMP

Recomenda aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, que comprovem as atividades executadas no cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Atuação, anexando no SEAPA os documentos comprobatórios das atividades relatadas, conforme disposto no formulário de preenchimento do acompanhamento do sistema, chamado "lista de acompanhamento", na opção "anexar arquivos", conforme tela em anexo.

RECOMENDAÇÃO N° 007/2016 - CPJ

Dispõe sobre os Planos de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará.

PLANTÃO INSTITUCIONAL

RECOMENDAÇÃO N° 04/2015 - MP/CGMP

Trata do arquivo obrigatório na "parta n° 02", referente às atividades desenvolvidas no Plano de Atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado.

RESOLUÇÃO N° 155/2016 - CNMP

Fixa diretrizes para a organização e funcionamento do regime de plantão ministerial nas unidades do Ministério Público da União e dos Ministérios Públicos dos Estados.

RESOLUÇÃO N° 005/2019 - CPJ

Dispõe sobre o plantão dos membros do Ministério Público do Estado do Pará aos sábados, domingos, feriados e dias de recesso forense.

PRAZO RAZOÁVEL DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÃO N° 77/2011 - CNMP

Estabelece regras sobre o dever de decidir e o prazo razoável dos processos administrativos no âmbito do Ministério Público brasileiro.

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PIC

RESOLUÇÃO N° 181/2017 - CNMP

Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 01/2019 - MP/PGJ/CGMP

Regulamenta a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, dispõe sobre o acordo de não persecução penal e dá outras providências.

PROTOCOLO DE ATUAÇÃO INTEGRADA

[PORTARIA N.º 3485/2025-MP/PGJ](#)

Estabelece as diretrizes e o Protocolo de Atuação Integrada do Ministério Público do Estado do Pará para a defesa e proteção das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

REGIMENTO INTERNO

[REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA-GERAL - PROVIMENTO N.º 1/2024 - MP/CGMP](#)

Dispõe acerca dos ditames internos da Corregedoria-Geral, com o objeto de estabelecer normas a serem seguidas para o funcionamento e acesso do órgão.

[REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA \(CPJ\) - 2020 - ATE RES. 004/2020](#)

Dispõe acerca dos ditames internos do Colégio de Procuradores de Justiça, com o objeto de estabelecer normas a serem seguidas para o funcionamento e acesso do órgão.

[REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ \(RES. 001/2019 - CPJ\)](#)

Dispõe sobre o Regimento Interno da Ouvidoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará.

[REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO \(CSMP\) - 2014 - ATE RES. 004/2024](#)

Dispõe acerca dos ditames internos do Conselho Superior do Ministério Público, com o objeto de estabelecer normas a serem seguidas para o funcionamento e acesso do órgão.

REGULARIDADE DOS MEMBROS

[RESOLUÇÃO N.º 160/2017 - CNMP](#)

Dispõe sobre a nomeação para cargos em comissão ou função de confiança e a designação para auxílio e colaboração nos órgãos auxiliares, da administração e da Administração Superior do Ministério Público.

[PROVIMENTO N.º 01/2022-CGMP/PA](#)

Dispõe sobre os critérios e o procedimento para aferir a situação de regularidade dos membros do Ministério Público junto à Corregedoria-Geral, para os fins do art. 5º, inciso II, da Resolução n.º 160/2017-CNMP, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 14 de fevereiro de 2017.

RESIDÊNCIA NA COMARCA

[RESOLUÇÃO N.º 26/2007 - CNMP](#)

Disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público e determina outras providências.

[RESOLUÇÃO N.º 006/2011 - CPJ](#)

Disciplina a residência de membros do Ministério Público na comarca e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO

RESOLUÇÃO N° 211/2020 - CNMP

Altera a redação dos artigos 1º, caput, 2º, caput e § 7º, 4º, caput e 5º, caput, suprime o artigo 3º e acrescenta o § 3º ao artigo 1º, o § 8º ao artigo 2º e o parágrafo único ao artigo 7º, todos da Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, para determinar a prévia oitiva da Corregedoria-Geral nos pedidos de autorização de residência fora da Comarca, bem como para estabelecer que o ato de autorização é discricionário e vinculado ao interesse público, além de dar outras providências.

RECOMENDAÇÃO N° 02/2022 - CNMP

Dispõe sobre a necessidade de verificação, pelas Corregedorias-Gerais das Unidades e Ramos, sobre obrigatoriedade da residência do membro na Comarca ou no local de lotação e regularidade do atendimento presencial ao público.

RESOLUTIVIDADE

CARTA DE BRASÍLIA

Modernização do controle da atividade extrajurisdicional pelas corregedorias do Ministério Público.

MANUAL DE RESOLUTIVIDADE

Manual de resolutividade do Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO N° 54/2017 - CNMP

Dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro.

RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL N° 02/2018 - CNMP

Dispõe sobre parâmetros para a avaliação da resolutividade e da qualidade da atuação dos Membros e das Unidades do Ministério Público pelas Corregedorias-Gerais e estabelece outras diretrizes.

RESOLUÇÃO DE CARÁTER GERAL N° 02/2022 - CNMP

Dispõe sobre a necessidade de verificação, pelas Corregedorias-Gerais das Unidades e Ramos, sobre obrigatoriedade da residência do membro na Comarca ou no local de lotação e regularidade do atendimento presencial ao público.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO/VISITAS

RESOLUÇÃO N° 67/2011 - CNMP

Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 09/2015 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades ou programas destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, e dos direitos e deveres dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas, adequando-os, no que couber, à Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, alterada pela Resolução nº 84, de 28 de fevereiro de 2012 e pela Resolução nº 97, de 24 de abril de 2013, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO**RECOMENDAÇÃO N° 03/2016 - MP/CGMP**

Recomendar aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, com atuação na área da Infância e Juventude, que velem pelo fiel cumprimento da municipalização do atendimento, a fim de que as entidades que prestam o serviço de acolhimento institucional evitem a transferência de crianças e adolescentes abrigados para outras entidades.

RESOLUÇÃO N° 154/2016 - CNMP

Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 165/2017 - CNMP

Altera a Resolução nº 67, de 16 de março de 2011, que dispõe sobre a uniformização das fiscalizações em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do Ministério Público e sobre a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 001/2018 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os instrumentos de controle da atuação funcional de membros do Ministério Público do Estado do Pará na fiscalização periódica do controle externo da atividade policial, na forma de controle difuso e em sede de controle concentrado.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 002/2018 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica dos estabelecimentos penais, da regularidade processual e dos direitos e deveres do preso, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público.

RESOLUÇÃO N° 204/2019 - CNMP

Dispõe sobre a uniformização das fiscalizações, pelos membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 006/2020 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação quanto à fiscalização periódica das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 06/2022 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre a fiscalização periódica, pelo respectivo órgão de execução do Ministério Público, dos programas municipais de execução das medidas socioeducativas em meio aberto aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais, e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 02/2023 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades que prestam serviços na área da educação, por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO N° 03/2023 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre a fiscalização periódica, pelo respectivo órgão de execução do Ministério Público entidades de longa permanência de pessoas idosas, e dá outras providências.

LEGISLAÇÃO COMPILADA POR ASSUNTO**PROVIMENTO CONJUNTO N° 04/2023 - MP/PGJ/CGMP**

Dispõe sobre os instrumentos de controle de atuação funcional quanto à fiscalização periódica de entidades que prestam serviços na área da saúde (CAPS/UBS/UPA/Hospital-Geral/Maternidade), por parte do respectivo órgão de execução do Ministério Público, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 277/2023 - CNMP

Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e na atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais.

RESOLUÇÃO N° 279/2023 - CNMP

Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial.

RESOLUÇÃO N° 293/2024 - CNMP

Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.

RESOLUÇÃO N° 299/2024 - CNMP

Altera a Resolução n° 293, de 28 de maio de 2024, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR - RD

PROVIMENTO N° 004/2021 - MP/CGMP

Dispõe sobre a adoção, no âmbito dos processos disciplinares administrativos da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), da nomenclatura Reclamação Disciplinar (RD), prevista na Resolução n° 63/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que instituiu as Tabelas Unificadas.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 01/2013 - MP/PGJ/CGMP

Recomenda aos senhores membros do Ministério Público do Estado do Pará, que acessem o Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) e, por meio de upload, disponibilizem os arquivos eletrônicos de documentos.

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

RESOLUÇÃO N° 002/2018 - MP/CSMP

Disciplina e regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, os mecanismos de fiscalização do cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta tomado pelos órgãos de execução e a revisão, pelo Conselho Superior, do arquivamento do inquérito civil ou procedimento no qual foi tomado o compromisso e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N° 179/2017 - CNMP

Regulamenta o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347/1985, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

TRANSAÇÃO ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR - TAD

PORTARIA N° 42/2024 - CNMP

Regulamenta diretrizes e normas procedimentais complementares para a celebração da transação administrativa disciplinar no âmbito da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

EMENDA REGIMENTAL N° 56/2024 - CNMP

Altera o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, inserindo o inciso XXI ao art. 18 e o Capítulo XVII ao Título V, para instituir e regulamentar a Transação Administrativa Disciplinar.

TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

CNMP - SISTEMA DE GESTÃO DE TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS

RESOLUÇÃO N° 63/2010 - CNMP

Cria as Tabelas Unificadas do Ministério Público e dá outras providências.

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 003/2014 - MP/PGJ/CGMP

Dispõe sobre os conceitos da taxonomia, extraídos do glossário que acompanha as tabelas unificadas, demais Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2025-MP/CGMP

Recomenda a observância das Tabelas Processuais Unificadas e dos respectivos códigos taxonômicos nos registros dos sistemas de informação do Ministério Público do Estado do Pará.

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2025-MP/CGMP

Recomenda a observância dos códigos taxonômicos corretos no registro de movimentos como MANIFESTAÇÃO (920198).

TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA

PROVIMENTO N° 01/2025 - MP/CGMP

Estabelece normas gerais sobre a tramitação eletrônica das comunicações e dos processos administrativos afetos às competências da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

TRIBUNAL DO JÚRI

RECOMENDAÇÃO N° 002/2025-SubPGJ-JI

Recomendar aos Coordenadores de Promotorias de Justiça e aos Promotores de Justiça que, ao indicar membro para atuar em substituição ou em colaboração (atuação conjunta) nas Sessões do Tribunal do Júri, observem as seguintes diretrizes.

VITALICIAMENTO DE MEMBROS

RESOLUÇÃO N° 02/2008 - MP/CSMP

Regulamenta o processo de confirmação na carreira e vitaliciamente de Membros do Ministério Público do Estado do Pará.